

A organização de reparo é recurso central na fala-em-interação, do qual os participantes se valem para dar conta de problemas de escuta, produção e compreensão que põem em risco a intersubjetividade, isto é, a convergência de entendimentos para a ação conjunta. Nesses termos, Macbeth (2004) questionou o pertencimento de uma das quatro principais trajetórias em sequências de reparo tradicionalmente apresentadas na literatura (LEVINSON, 1983; HUTCHBY & WOOFIT, 1998), o reparo iniciado e levado a cabo pelo outro (doravante RILCO), a esse domínio organizacional. Segundo o autor, para se poder apontar um erro e ao mesmo tempo propor a sua substituição, realizando, assim, uma correção, não haveria obstáculo ao entendimento mútuo para a realização das ações entre os participantes, tratando-se nesse caso, portanto, simplesmente da ação de corrigir o outro, não de reparo. Uma tal trajetória não estaria a serviço de ações genuinamente reparatórias, nas quais os participantes se orientam para a resolução de algum problema de entendimento, sem a qual a ação em curso não pode prosseguir. Diante dessa objeção, revisitamos uma coleção de ocorrências do fenômeno que tínhamos como RILCO em dados de conversa cotidiana a fim de tomar posição na controvérsia. Nenhuma ocorrência resistiu a essa reanálise. Neste trabalho, apresentamos a análise da ocorrência de sequência de reparo em caso-limite que definiu nossa revisão da questão, corroborando a posição de Macbeth (2004) de que reparo e correção são domínios organizacionais distintos e acrescentando a esse posicionamento nossa asserção de que são três, e não quatro, as trajetórias elementares na organização de reparo.